



# NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS DE 10 a 14 DE DEZEMBRO DE 2018

## ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

#### [Proposta de Lei 171/XIII](#)

Aprova a Lei de Bases da Saúde

Autoria: Governo

### ÚLTIMOS DIPLOMAS APROVADOS

#### [Decreto da Assembleia 254/XIII](#)

Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%

### FINANCEIRO

#### [Portaria n.º 317/2018 - Diário da República n.º 238/2018, Série I de 2018-12-11](#)

Finanças

Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2018

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística – Emissões de títulos - outubro de 2018](#)

[Taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 1.º trimestre de 2019](#)

[Nota de Informação Estatística - Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos - outubro de 2018](#)

[Banco de Portugal aderiu a rede internacional que promove a responsabilidade ambiental no setor financeiro](#)

[Nota de Informação Estatística - Empréstimos e depósitos bancários - outubro de 2018](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIO

[Newsletter sobre Conferência Anual da CMVM 2018 sobre "Sustainable Finance"](#)

[Indicadores mensais de receção de ordens - novembro de 2018](#)

[Regulamento da CMVM sobre deveres informativos e de comercialização relativos a PRIIPs](#)

## **FISCAL**

[Portaria n.º 324/2018 - Diário da República n.º 241/2018, Série I de 2018-12-14](#)

Finanças

Aprova a nova declaração modelo 44 e as respetivas instruções de preenchimento

[Portaria n.º 325/2018 - Diário da República n.º 241/2018, Série I de 2018-12-14](#)

Finanças

Aprova a nova declaração modelo 10 e as respetivas instruções de preenchimento

[Portaria n.º 320/2018 - Diário da República n.º 240/2018, Série I de 2018-12-13](#)

Finanças

Aprova a nova declaração modelo 37 e as respetivas instruções de preenchimento

[Portaria n.º 321/2018 - Diário da República n.º 240/2018, Série I de 2018-12-13](#)

Finanças

Aprova a nova declaração modelo 13 e as respetivas instruções de preenchimento

[Portaria n.º 322/2018 - Diário da República n.º 240/2018, Série I de 2018-12-13](#)

Finanças

Aprova as novas instruções de preenchimento da declaração modelo 25

[Portaria n.º 319/2018 - Diário da República n.º 239/2018, Série I de 2018-12-12](#)

Finanças

Portaria que aprova a declaração modelo 39 e respetivas instruções de preenchimento

### FUNDOS EUROPEUS

[Portaria n.º 316/2018 - Diário da República n.º 237/2018, Série I de 2018-12-10](#)

Planeamento e Infraestruturas

Sétima alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado pela [Portaria n.º 57-A/2015](#), de 27 de fevereiro

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 595/2018 - Diário da República n.º 238/2018, Série I de 2018-12-11](#)

Tribunal Constitucional

Declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma que estabelece a irrecorribilidade do acórdão da Relação que, inovadoramente face à absolvição ocorrida em 1.ª instância, condena os arguidos em pena de prisão efetiva não superior a cinco anos, constante do artigo 400.º, n.º 1, alínea e), do Código de Processo Penal, na redação da [Lei n.º 20/2013](#), de 21 de fevereiro

### PROPRIEDADE INDUSTRIAL

[Decreto-Lei n.º 110/2018 - Diário da República n.º 237/2018, Série I de 2018-12-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) [2015/2436](#) e (UE) [2016/943](#)

### SAÚDE

[Portaria n.º 326-A/2018 - Diário da República n.º 241/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-12-14](#)

Saúde

A presente portaria altera e republica a [Portaria n.º 314-A/2018](#), de 7 de dezembro, que procedeu à definição dos países de referência a considerar em 2019, para a autorização dos preços dos novos medicamentos e para efeitos de revisão anual de preços dos medicamentos do mercado hospitalar e do mercado de ambulatório, mantendo, para o mesmo ano, o critério excepcional a aplicar no regime de revisão de preços

## SEGUROS

[Portaria n.º 315/2018 - Diário da República n.º 237/2018, Série I de 2018-12-10](#)

Finanças e Adjunto e Economia

Fixa o montante do capital mínimo coberto pelo seguro de responsabilidade civil obrigatória para os mediadores de recuperação de empresas

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

1. O Conselho de Ministros aprovou a nova Lei de Bases da Saúde.

A proposta de lei, que será submetida à aprovação da Assembleia da República, surge na sequência do projeto apresentado pela Comissão de Revisão da Lei de Bases da Saúde e que foi objeto de discussão pública, envolvendo parceiros institucionais, agentes do setor e o público em geral.

Tomando por base essa proposta e a experiência das últimas décadas, e procurando responder aos desafios do futuro, propõe-se uma Lei de Bases da Saúde que assegure aos portugueses a melhor promoção e proteção da saúde, incluindo o acesso apropriado a cuidados de saúde de qualidade.

O diploma vem reafirmar o papel do Estado enquanto garante do direito à proteção da saúde através do SNS e de outras instituições públicas, assegurando um melhor acesso das pessoas aos cuidados de saúde.

Vinte e oito anos depois da anterior Lei de Bases da Saúde, procede-se à sua atualização, atendendo à evolução da sociedade e da tecnologia e apostando numa maior clarificação das relações entre os setores público, privado e social, e no fortalecimento e modernização do Serviço Nacional de Saúde.

2. Foi aprovado o decreto-lei que altera o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

A alteração aplica-se ao regime de entrada no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, após obtenção de prévio mandado judicial, no âmbito da atividade de fiscalização prevista no referido regime.

3. Foi aprovada a proposta de lei que introduz alterações ao Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil.

O Governo submete à apreciação da Assembleia da República um conjunto de alterações ao Código de Processo do Trabalho (CPT), visando a sua adaptação à luz da revisão do Código de Processo Civil, no qual era baseado, assim como a sua atualização de acordo com a nova Lei da Organização Judiciária implementada em 2013. Procurou-se, ainda, harmonizar o CPT com o Código do Trabalho, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

Foi promovida a audição do Conselho Superior da Magistratura, da Procuradoria-Geral da República, da Ordem dos Advogados, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e das organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores.

4. Foi aprovado o decreto-lei que procede à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes, bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA.

O presente diploma tem como objetivos essenciais promover a simplificação legislativa e conferir uma maior segurança jurídica aos contribuintes, consolidando e atualizando legislação dispersa relativa ao processamento de faturas e de outros documentos fiscalmente relevantes, bem como harmonizando regras divergentes em matéria de conservação de documentos para efeitos de IVA, IRC e IRS.

Este diploma é também fundamental para dar cumprimento à Lei das Finanças Locais no que diz respeito à participação das autarquias na receita de IVA, ao permitir a territorialização das faturas.

Pretende-se, ainda, promover as potencialidades do sistema e-fatura no combate à fraude e evasão fiscais, simplificando também algumas obrigações em sede de IVA e criando condições para que a fatura deixe de ser impressa em papel.

5. Foi aprovado o decreto-lei que altera o regime de proteção dos animais utilizados para fins científicos.

As alterações têm em vista clarificar algumas das normas daquele regime, no sentido de reforçar a proteção de animais, e de modo a que a Diretiva n.º 2010/63/UE se encontre corretamente transposta para a ordem jurídica nacional.

6. Foi aprovado o decreto-lei que estabelece os procedimentos necessários à regularização das dívidas das autarquias locais no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais.

7. Foi aprovado o decreto-lei que procede à regulamentação da Lei n.º 33/ 2018, de 18 de julho, que estabelece o quadro legal para a utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábica para fins medicinais, nomeadamente a sua prescrição e a sua dispensa em farmácia.

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA EU

[Decisão \(UE\) 2018/1961 da Comissão, de 11 de dezembro de 2018, que estabelece regras internas relativas à comunicação de informações aos titulares de dados e à limitação de alguns dos seus direitos, no contexto do tratamento de dados pessoais, para efeitos de atividades de auditoria interna](#)

### COMUNICADOS DE IMPRENSA

[Acordo comercial UE-Japão deverá entrar em vigor em fevereiro de 2019](#)

[IVA: Apresentação de novas informações sobre as regras aplicáveis ao comércio eletrónico, em especial um novo papel dos mercados em linha na luta contra a fraude fiscal](#)

[Negociadores da UE chegam a acordo quanto ao reforço da cibersegurança na Europa](#)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Melhor Sociedade de Advogados  
no Serviço ao Cliente  
*Chambers European Awards 2018*

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal 2017-2015, 2011-2006*  
*The Lawyer European Awards - 2015, 2012*  
*Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009*

 Top 50 - Sociedades de Advogados  
mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017-2011*